REVISTA EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE - RECS
Vol. 16, n.1, 35ª Edição, 2026
ISSN: **2237-1648** e-mail: revistaedu@unemat.br
https://periodicos.unemat.br/index.php/recs
https://doi.org/10.30681/ecs.v16i1.15212

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: Intersetorialidade, inclusão social e direito à educação a partir da experiência do polo EJA pop rua de Florianópolis

YOUTH AND ADULT EDUCATION AND THE HOMELESS POPULATION: Intersectorality, social inclusion, and the right to education, based on the experience of the EJA pop rua center in Florianópolis

ARTIGO

Fabiana Zanella [i]
Universidad Columbia del Paraguay
E-mail: fz1faby@gmail.com

Editor deste número:
Dr. José Luiz Muller
Universidade do Estado de Mato Grosso
e-mail: revistaedu@unemat.br

RESUMO:
O presente artigo analisa a Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, com ênfase no Polo EJA POP Rua, destinado ao atendimento de estudantes em situação de rua. Parte-se da problemática de compreender de que forma a proposta pedagógica da EJA, articulada a políticas intersetoriais, contribui para a inclusão educacional e social de sujeitos historicamente excluídos do sistema escolar. O estudo tem como objetivo geral analisar as contribuições da EJA para a reinserção social da população em situação de rua, evidenciando seu papel como política pública de enfrentamento dos processos históricos de exclusão educacional. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, com procedimentos de pesquisa bibliográfica e de campo, fundamentada na Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, em legislações nacionais e em produções acadêmicas sobre EJA, exclusão social e políticas públicas. Os dados foram produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas com alunos, professora e coordenador da EJA POP Rua e analisados segundo a Análise de Conteúdo de Bardin. A interpretação dos dados buscou compreender tanto as potencialidades quanto os limites dessa iniciativa. Os resultados indicam que a EJA, especialmente por meio do Polo EJA POP Rua de Florianópolis, constitui uma estratégia relevante de inclusão educacional e social, ao evidenciar a importância da intersetorialidade na garantia de direitos da população em situação de rua, ainda que apresente limites relacionados a processos históricos de exclusão social.
Palavras-chave: Educação Popular; Direito à Educação; Vulnerabilidade Social; Pesquisa como Princípio Educativo; Inclusão Escolar.

ABSTRACT:
This article analyzes Youth and Adult Education (EJA) within the Municipal Education System of Florianópolis, with emphasis on the Polo EJA POP Rua, aimed at serving individuals experiencing homelessness. The study seeks to understand how the pedagogical proposal of EJA, articulated with intersectoral public policies, contributes to the educational and social inclusion of individuals historically excluded from the school system. The main objective is to analyze the contributions of EJA to the social reintegration of the homeless population, highlighting its role as a public policy for addressing historical processes of educational exclusion. Methodologically, this is a qualitative study of a basic nature, based on bibliographic research and fieldwork. Data were collected through semi-structured interviews with students, a teacher, and the coordinator of the EJA POP Rua program and analyzed using Bardin's Content Analysis. The study is grounded in the Curricular Proposal of the Municipal Education System of Florianópolis, national legislation, and academic literature on Youth and Adult Education, social exclusion, and public policies. The interpretative analysis sought to understand both the potential and the limitations of this initiative. The results indicate that EJA, particularly through the Polo EJA POP Rua of Florianópolis, constitutes a relevant strategy for educational and social inclusion by highlighting the importance of intersectorality in guaranteeing the rights of the homeless population, although it still faces limitations related to historical processes of social exclusion.
Keywords: Youth

and Adult Education; Right to Education; Social Vulnerability; Research as an

Educational Principle; Educational Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade da educação básica destinada às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos na idade própria. Prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), representa um instrumento de garantia do direito à educação para jovens, adultos e idosos com trajetórias escolares interrompidas. Para Arroyo (2005), a EJA deve ser compreendida como um campo de direitos e de responsabilidade pública, superando a perspectiva compensatória que historicamente marcou essa modalidade.

No contexto brasileiro, a EJA assume especial relevância diante das persistentes desigualdades sociais, econômicas e educacionais que dificultam o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica. A exclusão educacional decorre de processos históricos relacionados à desigualdade social, às condições de trabalho, à distribuição de renda e às limitações das políticas públicas, não podendo ser compreendida apenas como consequência de trajetórias individuais interrompidas. Assim, a modalidade consolida-se como política pública voltada à efetivação do direito à educação, assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Em Florianópolis, a EJA desenvolve uma proposta pedagógica fundamentada na pesquisa como princípio educativo e na valorização dos conhecimentos produzidos pelos estudantes, rompendo com práticas escolares tradicionais (Zanela; Barcelos; Machado, 2016). Entre os públicos atendidos destaca-se a população em situação de rua, historicamente marcada por violações de direitos, exclusão social e intensa vulnerabilidade.

Nesse contexto, foi implantado o Polo EJA POP Rua, iniciativa que busca garantir o direito à educação por meio da articulação entre educação, assistência social, saúde e outros serviços públicos. A proposta reconhece que o acesso e a permanência escolar dessa população dependem da integração entre políticas públicas capazes de responder às múltiplas dimensões da exclusão social.

Diante desse cenário, este estudo busca responder à seguinte questão: de que maneira a Educação de Jovens e Adultos, articulada a políticas intersetoriais, contribui para a inclusão educacional e social da população em situação de rua? Para tanto, objetiva analisar as contribuições da EJA, com ênfase na experiência do Polo EJA POP Rua, para promover a inclusão educacional e fortalecer processos de inclusão social.

O artigo está organizado em seções que abordam a EJA como política pública de reparação histórica, os fundamentos pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, a população em situação de rua, a importância da intersetorialidade para a efetivação de direitos e, por fim, as potencialidades e os limites da experiência do Polo EJA POP Rua.

Ao discutir essa experiência, o estudo contribui para ampliar o debate sobre o papel das políticas públicas intersetoriais na garantia do direito à educação de grupos socialmente vulnerabilizados, evidenciando potencialidades e desafios para a construção de estratégias educativas inclusivas.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivos exploratórios e procedimentos de pesquisa bibliográfica e de campo. A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a compreensão das experiências, percepções e significados atribuídos pelos participantes ao processo de inclusão educacional da população em situação de rua, considerando seus contextos sociais (Gil, 2002; Flick, 2009).

A pesquisa foi desenvolvida no Polo EJA POP Rua, da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (SC), destinado ao atendimento de pessoas em situação de rua matriculadas na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O estudo compreendeu o período de 2019 a 2024, incluindo as repercussões da pandemia da COVID-19 sobre o funcionamento da modalidade.

A revisão bibliográfica foi realizada nas bases SciELO e Google Acadêmico, complementada por livros, dissertações, teses e documentos oficiais relacionados à Educação de Jovens e Adultos, população em situação de rua, educação popular, intersetorialidade e inclusão educacional. O material foi selecionado conforme sua pertinência ao objeto investigado, constituindo o referencial teórico do estudo.

A pesquisa de campo envolveu entrevistas semiestruturadas com dez participantes: oito

alunos do segundo segmento da EJA POP Rua, uma professora e um coordenador pedagógico. Foram incluídos alunos com 18 anos ou mais regularmente matriculados, além do professor responsável pela turma e do coordenador do Núcleo Continente II. As entrevistas ocorreram presencialmente na unidade escolar, em datas previamente agendadas, com duração média de 30 minutos.

Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material, categorização e interpretação dos resultados. As categorias temáticas foram construídas de forma indutiva, a partir da recorrência dos temas identificados nas entrevistas e em consonância com os objetivos da pesquisa.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob Parecer nº 7.130.212. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo assegurados o anonimato e a confidencialidade das informações.

3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE REPARAÇÃO HISTÓRICA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) consolidou-se no Brasil como uma política pública voltada à garantia do direito à educação para sujeitos que, por diferentes processos de exclusão social, não tiveram acesso ou permanência na escola na idade considerada regular. Mais do que uma modalidade de ensino, a EJA representa um instrumento de reparação histórica e de promoção da justiça social, ao reconhecer a educação como direito fundamental e condição para o exercício pleno da cidadania. Esse entendimento foi fortalecido pela Constituição Federal de 1988, que assegura a oferta gratuita do ensino fundamental também para aqueles que não concluíram sua escolarização na idade própria, reafirmando o compromisso do Estado com a universalização do direito à educação.

Nessa perspectiva, a EJA deve ser compreendida para além de uma política compensatória destinada à certificação escolar. Conforme Ribeiro (2001), a alfabetização de jovens e adultos constitui uma questão eminentemente política, por enfrentar processos históricos de exclusão e marginalização social. Arroyo (2005) complementa essa compreensão ao defender que a modalidade deve ser organizada a partir das trajetórias de vida, dos saberes e das necessidades concretas de seus sujeitos, rompendo com modelos escolares padronizados que desconsideram suas especificidades. Assim, a EJA afirma-se como uma política pública comprometida com a ampliação da cidadania, da participação social e do acesso ao conhecimento.

Essa compreensão permanece atual. Estudos recentes destacam que a EJA continua desempenhando papel estratégico na redução das desigualdades educacionais e na promoção da inclusão social, especialmente entre grupos historicamente vulnerabilizados, desde que articulada a políticas públicas capazes de assegurar condições de acesso, permanência e aprendizagem (Arroyo, 2005; Di Pierro, 2023). Nesse contexto, a experiência da EJA POP Rua, analisada neste estudo, insere-se nessa perspectiva de garantia de direitos, ao buscar responder às especificidades de um público historicamente excluído dos processos formais de escolarização.

3.1 FUNDAMENTOS FREIREANOS E A CENTRALIDADE DA PESQUISA NA EJA

A proposta pedagógica da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis fundamenta-se nos princípios da Educação Popular, especialmente nas contribuições de Paulo Freire, que compreende a educação como prática dialógica, crítica e emancipatória. Nessa perspectiva, ensinar não significa transferir conhecimentos prontos, mas criar condições para que os educandos produzam conhecimento a partir da problematização da realidade vivida (Freire, 1996). A aprendizagem, portanto, desenvolve-se por meio do diálogo, da investigação e da valorização das experiências dos sujeitos.

Em consonância com essa concepção, a Rede Municipal de Florianópolis adotou, desde 2001, a pesquisa como princípio educativo, estruturando seu percurso formativo a partir dos interesses e das questões formuladas pelos próprios alunos. Diferentemente da organização disciplinar tradicional, a proposta privilegia a construção coletiva do conhecimento, reconhecendo os estudantes como protagonistas do processo educativo e valorizando seus saberes, trajetórias e contextos de vida. Essa organização aproxima-se da compreensão

freireana de educação como prática da liberdade, ao favorecer autonomia, participação e reflexão crítica sobre a realidade.

Essa perspectiva assume especial relevância quando aplicada à população em situação de rua. Marcados por trajetórias de exclusão social e escolar, esses sujeitos encontram, na valorização de suas experiências e na construção compartilhada do conhecimento, condições mais favoráveis para o fortalecimento do vínculo com a escola, para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e para a reconstrução da autoestima. Assim, a pesquisa deixa de constituir apenas uma estratégia metodológica e passa a representar um instrumento de reconhecimento dos saberes produzidos nas vivências dos próprios educandos.

Estudos recentes reforçam que práticas pedagógicas centradas no diálogo, na participação e na valorização das experiências dos educandos favorecem o acesso, a permanência e o engajamento de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, fortalecendo processos educativos mais significativos (Freire, 1996; Di Pierro, 2023). Nesse sentido, a organização pedagógica da EJA da Rede Municipal de Florianópolis oferece fundamentos que sustentam a experiência da EJA POP Rua, objeto deste estudo, ao reconhecer que a aprendizagem somente se torna efetivamente inclusiva quando considera a realidade social dos educandos como ponto de partida para a construção do conhecimento.

Embora essa proposta represente um avanço em relação aos modelos tradicionais de escolarização, sua efetividade depende de condições institucionais que assegurem sua continuidade. Aspectos como financiamento adequado, valorização dos profissionais e articulação com outras políticas públicas tornam-se fundamentais para que os princípios freireanos se concretizem em práticas educativas capazes de promover inclusão, permanência e emancipação social.

3.2 EDUCAÇÃO, COMPLEXIDADE E FORMAÇÃO HUMANA: CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE EDGAR MORIN

A compreensão da Educação de Jovens e Adultos como política pública voltada à inclusão de grupos historicamente vulnerabilizados pode ser ampliada à luz do pensamento complexo de Edgar Morin (2000). Para o autor, os fenômenos sociais não podem ser compreendidos de forma fragmentada, pois resultam da interação entre dimensões econômicas, culturais, políticas, históricas e subjetivas. Sob essa perspectiva, a educação deve favorecer a capacidade de contextualizar, relacionar conhecimentos e compreender a realidade em sua complexidade, superando explicações simplificadoras.

Essa concepção dialoga com a perspectiva freireana de educação como prática da liberdade. Embora partam de referenciais distintos, Freire e Morin compartilham a compreensão de que o conhecimento é construído na relação entre sujeitos e realidade, exigindo reflexão crítica, diálogo e participação ativa no processo educativo. Em ambos os autores, a formação humana ultrapassa a transmissão de conteúdos e orienta-se para o desenvolvimento da autonomia, da cidadania e da capacidade de compreender e transformar o mundo.

No contexto da população em situação de rua, essa abordagem torna-se especialmente relevante. A exclusão educacional não constitui um fenômeno isolado, mas integra um conjunto de vulnerabilidades relacionadas à pobreza, à fragilidade dos vínculos familiares, à insegurança habitacional, às dificuldades de acesso às políticas públicas e às desigualdades historicamente produzidas. Assim, compreender a permanência desses estudantes na escola exige reconhecer que suas trajetórias são influenciadas por fatores que extrapolam o espaço educacional.

Sob essa perspectiva, a experiência da EJA POP Rua evidencia que uma proposta pedagógica fundamentada na pesquisa, no diálogo e na valorização das experiências dos educandos contribui para uma formação que reconhece a complexidade das trajetórias humanas. A escola deixa de ser apenas um espaço de escolarização e passa a constituir um ambiente de reconstrução de vínculos, fortalecimento da autonomia e produção coletiva do conhecimento, considerando os estudantes em sua integralidade.

Além disso, o pensamento complexo reforça a importância da intersetorialidade para a efetivação do direito à educação. Ao reconhecer que as diferentes dimensões da vulnerabilidade social são interdependentes, evidencia-se que respostas fragmentadas tendem a ser insuficientes. Nesse sentido, a articulação entre educação, assistência social, saúde, trabalho e habitação não representa apenas uma estratégia administrativa, mas uma condição necessária para enfrentar problemas complexos, como aqueles vivenciados pela população em situação de rua.

Desse modo, as contribuições de Morin ampliam a compreensão da EJA como política pública comprometida com a formação integral dos sujeitos e oferecem suporte teórico para analisar a experiência da EJA POP Rua. Ao integrar educação, inclusão social e atuação intersetorial, essa perspectiva permite compreender que a efetivação do direito à educação depende da articulação entre diferentes políticas públicas e do reconhecimento da complexidade que caracteriza as trajetórias dos educandos.

4 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: EXPRESSÃO DA DESIGUALDADE ESTRUTURAL

A população em situação de rua constitui um grupo social heterogêneo, marcado por trajetórias de pobreza extrema, fragilidade ou rompimento de vínculos familiares e ausência de moradia convencional, utilizando os espaços públicos como local de moradia e sobrevivência (Brasil, 2009). Essa condição resulta de múltiplos fatores sociais, econômicos, políticos e familiares, evidenciando que a situação de rua não pode ser compreendida como consequência de escolhas individuais, mas como expressão das profundas desigualdades produzidas historicamente na sociedade brasileira.

Nos últimos anos, o crescimento dessa população evidenciou a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à garantia de direitos. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicam que o número estimado de pessoas em situação de rua ultrapassou 281 mil no Brasil, representando um aumento expressivo em relação aos anos anteriores e evidenciando o agravamento das desigualdades sociais (Natalino, 2022). Esse cenário reforça a necessidade de políticas intersetoriais capazes de assegurar o acesso à saúde, à assistência social, ao trabalho, à habitação e à educação, reconhecendo essas dimensões como direitos sociais indissociáveis.

Entre esses direitos, a educação ocupa posição estratégica. Entretanto, para a população em situação de rua, o acesso e a permanência na escola permanecem condicionados por diferentes barreiras, como a instabilidade das condições de vida, a ausência de documentação, o preconceito, as rupturas dos vínculos sociais e as experiências anteriores de fracasso escolar. Dessa forma, garantir matrícula não é suficiente; torna-se necessário construir estratégias pedagógicas e institucionais que possibilitem a permanência, a aprendizagem e o fortalecimento do vínculo com o espaço escolar.

Nessa perspectiva, a Educação de Jovens e Adultos apresenta-se como importante instrumento de inclusão social ao reconhecer os diferentes percursos formativos dos estudantes e organizar práticas pedagógicas mais flexíveis, capazes de dialogar com suas realidades. Como destaca Arroyo (2017), compreender os sujeitos da EJA implica reconhecer suas trajetórias marcadas por processos históricos de exclusão e desigualdade, rompendo com concepções homogêneas de escolarização. Essa compreensão aproxima-se da proposta da EJA POP Rua, que busca adaptar a organização escolar às especificidades da população atendida, reconhecendo suas experiências, seus saberes e suas necessidades.

Estudos recentes destacam que o acolhimento, a escuta qualificada e a articulação entre diferentes políticas públicas constituem elementos fundamentais para o atendimento à população em situação de rua e para a efetivação de seus direitos (Barbosa; Fortes, 2023). Assim, a efetivação do direito à educação depende não apenas da existência de vagas escolares, mas da construção de políticas públicas integradas que possibilitem aos estudantes condições concretas de acesso, permanência e desenvolvimento ao longo de sua trajetória educativa.

4.1 EXCLUSÃO EDUCACIONAL E CICLOS DE MARGINALIZAÇÃO

A exclusão educacional vivenciada pela população em situação de rua resulta de um processo histórico marcado pela desigualdade social e pela negação de direitos fundamentais. Em muitos casos, as trajetórias escolares desses sujeitos foram interrompidas ainda na infância ou adolescência em decorrência da pobreza, do trabalho precoce, da violência, da ruptura dos vínculos familiares e das dificuldades de acesso às políticas públicas. Essas experiências produzem impactos que ultrapassam a ausência de escolarização, comprometendo também o sentimento de pertencimento, a autoestima e a confiança na instituição escolar.

Conforme argumenta Arroyo (2017), os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos carregam percursos de vida marcados por exclusões sucessivas, razão pela qual suas

experiências não podem ser compreendidas a partir dos modelos tradicionais de escolarização. A EJA, portanto, deve reconhecer essas trajetórias como ponto de partida para a construção de práticas pedagógicas que valorizem os saberes produzidos ao longo da vida e respeitem a diversidade de experiências dos estudantes.

No caso da população em situação de rua, os desafios para o acesso e a permanência escolar tornam-se ainda mais complexos. A ausência de documentação, a instabilidade habitacional, a insegurança alimentar, os problemas de saúde, o preconceito e a necessidade de garantir a própria sobrevivência frequentemente dificultam a continuidade dos estudos. Dessa forma, assegurar matrícula não significa, necessariamente, garantir inclusão educacional.

Nesse contexto, iniciativas como a EJA POP Rua demonstram que a permanência escolar depende da construção de práticas pedagógicas acolhedoras, flexíveis e articuladas às necessidades concretas dos estudantes. O reconhecimento das trajetórias de vida, a valorização dos conhecimentos prévios e o fortalecimento dos vínculos entre escola e educandos tornam-se elementos fundamentais para favorecer o engajamento no processo educativo e reduzir os efeitos da exclusão escolar.

Pesquisas recentes indicam que políticas educacionais voltadas a grupos socialmente vulnerabilizados apresentam melhores resultados quando articuladas ao acolhimento, à gestão participativa e à integração entre diferentes políticas públicas, fortalecendo as condições de permanência e aprendizagem dos estudantes (Di Pierro, 2023; Barbosa; Fortes, 2023). Assim, a inclusão educacional da população em situação de rua exige compreender que o direito à educação ultrapassa o simples acesso à escola, envolvendo também a criação de condições efetivas para que esses sujeitos permaneçam, aprendam e reconstruam seus projetos de vida.

5 ARTICULAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO

A efetivação do direito à educação da população em situação de rua exige a articulação entre diferentes políticas públicas, considerando que as demandas vivenciadas por esse grupo extrapolam o campo educacional. A ausência de moradia, a insegurança alimentar, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, a fragilidade dos vínculos familiares e as limitações de inserção no mercado de trabalho constituem fatores que influenciam diretamente o acesso, a permanência e o sucesso escolar. Nesse contexto, respostas isoladas tendem a ser insuficientes para enfrentar a complexidade dessas vulnerabilidades.

Sob essa perspectiva, a intersetorialidade representa um princípio organizador das políticas públicas voltadas à promoção da inclusão social. Mais do que a simples cooperação entre instituições, trata-se da construção de ações articuladas entre diferentes setores governamentais e da sociedade civil, capazes de integrar recursos, conhecimentos e estratégias em torno da garantia dos direitos fundamentais. Essa concepção aproxima-se do pensamento complexo de Morin (2000), ao reconhecer que problemas sociais multifacetados demandam respostas igualmente integradas e contextualizadas.

No campo da Educação de Jovens e Adultos, a intersetorialidade amplia as possibilidades de acesso e permanência dos estudantes ao favorecer o diálogo entre educação, assistência social, saúde, cultura, trabalho e movimentos sociais. Essa articulação permite que as necessidades educacionais sejam compreendidas em conjunto com outras dimensões da vida dos sujeitos, fortalecendo estratégias de acolhimento, acompanhamento e inclusão social.

A experiência da EJA POP Rua constitui um exemplo dessa perspectiva. Sua organização resulta da articulação entre a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, a rede socioassistencial e o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), possibilitando que o processo educativo seja desenvolvido em diálogo permanente com outras políticas públicas e com os próprios sujeitos envolvidos. Essa construção coletiva amplia as condições de permanência escolar ao reconhecer que o exercício do direito à educação depende também da garantia de outros direitos sociais.

Estudos recentes reforçam a importância da atuação em redes intersetoriais para a garantia dos direitos da população em situação de rua (Barbosa; Fortes, 2023). No campo educacional, essa articulação amplia as possibilidades de acesso, permanência e inclusão dos estudantes, especialmente quando orientada por políticas públicas integradas e por uma gestão democrática da EJA (Di Pierro, 2023). Assim, a intersetorialidade deixa de ser apenas uma estratégia administrativa e passa a constituir um elemento estruturante para a promoção da inclusão educacional e da cidadania.

5.1 INTERSETORIALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS ESTRUTURAIS

Embora a intersetorialidade seja amplamente reconhecida como condição essencial para a promoção dos direitos da população em situação de rua, sua efetivação ainda enfrenta importantes desafios. A fragmentação das políticas públicas, a descontinuidade administrativa, as limitações orçamentárias e a dificuldade de articulação entre diferentes órgãos e serviços frequentemente comprometem a continuidade das ações voltadas a esse público.

No campo educacional, essas limitações tornam-se ainda mais evidentes quando se busca garantir o acesso e, principalmente, a permanência de estudantes em situação de rua. A superação das desigualdades educacionais exige que a escola dialogue permanentemente com a assistência social, os serviços de saúde, os movimentos sociais e outras instituições que atuam na proteção e na promoção dos direitos dessa população. Quando essa articulação é frágil, aumentam as dificuldades para enfrentar situações relacionadas à insegurança alimentar, à ausência de documentação, às condições de moradia e às demais vulnerabilidades que interferem diretamente na trajetória escolar.

Outro desafio refere-se à necessidade de institucionalizar experiências exitosas. Projetos inovadores frequentemente dependem do compromisso individual de gestores e profissionais, tornando-se vulneráveis às mudanças administrativas e políticas. A consolidação de iniciativas como a EJA POP Rua requer, portanto, sua incorporação às políticas públicas de forma permanente, assegurando recursos, formação continuada das equipes e mecanismos de gestão capazes de garantir sua continuidade independentemente das mudanças de governo.

Além disso, a formação dos profissionais constitui elemento estratégico para o fortalecimento das ações intersetoriais. A atuação junto à população em situação de rua demanda competências que ultrapassam os conhecimentos pedagógicos tradicionais, exigindo compreensão das múltiplas dimensões da vulnerabilidade social, capacidade de trabalho em rede e desenvolvimento de práticas pautadas no acolhimento, no diálogo e no respeito às trajetórias de vida dos educandos.

Nesse contexto, fortalecer a intersetorialidade significa consolidar uma cultura institucional baseada na corresponsabilidade entre diferentes políticas públicas e atores sociais. Mais do que ampliar parcerias, trata-se de construir estratégias permanentes de atuação integrada, capazes de assegurar que o direito à educação seja efetivado de forma articulada com os demais direitos sociais, promovendo inclusão, permanência escolar e cidadania.

6 A EJA POP RUA COMO EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A EJA POP Rua constitui uma experiência inovadora da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis voltada à garantia do direito à educação da população em situação de rua. Sua organização fundamenta-se nos princípios da Educação Popular, na pesquisa como princípio educativo e na articulação intersetorial entre diferentes políticas públicas, buscando responder às especificidades de um público historicamente excluído dos processos formais de escolarização.

Diferentemente dos modelos convencionais de ensino, a proposta da EJA POP Rua reconhece que as trajetórias de vida dos estudantes influenciam diretamente seus processos de aprendizagem. Assim, a organização pedagógica prioriza o acolhimento, a flexibilidade curricular, o diálogo e a valorização das experiências dos educandos, compreendendo que o conhecimento é construído a partir da interação entre os saberes escolares e as vivências dos próprios sujeitos.

Outro aspecto que distingue essa experiência é sua construção coletiva. A criação da turma resultou da articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, a rede de assistência social e o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), evidenciando que a inclusão educacional depende da participação ativa dos próprios sujeitos envolvidos e da atuação integrada entre diferentes instituições. Essa configuração fortalece o reconhecimento da população em situação de rua como protagonista na construção das políticas públicas destinadas à garantia de seus direitos.

A proposta pedagógica também se diferencia por compreender que o acesso à escola representa apenas uma das dimensões do processo de inclusão. O fortalecimento dos vínculos, o reconhecimento da dignidade humana, a construção do sentimento de pertencimento e o incentivo à autonomia constituem objetivos igualmente relevantes, contribuindo para que a

escola se torne um espaço de reconstrução de projetos de vida e de exercício da cidadania.

Nesse sentido, a EJA POP Rua materializa os pressupostos discutidos ao longo deste referencial teórico. Os princípios da Educação Popular, a perspectiva freireana do diálogo, a compreensão da complexidade proposta por Morin e a atuação intersetorial convergem na construção de uma prática educativa comprometida com a inclusão social e com a efetivação do direito à educação. Assim, a experiência analisada neste estudo demonstra que práticas pedagógicas contextualizadas e articuladas às demandas sociais ampliam as possibilidades de acesso, permanência e participação de grupos historicamente vulnerabilizados nos processos educativos.

7 EDUCAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE RECONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS DE VIDA

A educação constitui um direito fundamental e um importante instrumento para a promoção da cidadania, da autonomia e da inclusão social. No contexto da população em situação de rua, entretanto, seu significado ultrapassa a certificação escolar, assumindo também o papel de reconstrução de vínculos, fortalecimento da autoestima e ampliação das possibilidades de participação social. Nessa perspectiva, o processo educativo passa a representar uma oportunidade de ressignificação das trajetórias de vida marcadas por sucessivas experiências de exclusão.

A Educação de Jovens e Adultos, quando organizada a partir dos princípios da Educação Popular, favorece a construção de práticas pedagógicas que reconhecem os estudantes como sujeitos de direitos e protagonistas de seus processos de aprendizagem. O diálogo, a valorização dos conhecimentos construídos ao longo da vida, o acolhimento e a participação ativa dos educandos contribuem para que a escola se constitua como espaço de pertencimento e de produção coletiva do conhecimento, fortalecendo o desenvolvimento pessoal e social.

Essa compreensão dialoga tanto com Paulo Freire quanto com Edgar Morin. Enquanto Freire concebe a educação como prática emancipatória capaz de desenvolver consciência crítica e transformação social, Morin defende uma formação humana que reconheça a complexidade das relações sociais e das experiências individuais. Em ambos os referenciais, a educação ultrapassa a transmissão de conteúdos e passa a favorecer o desenvolvimento integral dos sujeitos, considerando suas dimensões culturais, sociais, políticas e afetivas.

No caso da população em situação de rua, a efetivação desse processo depende da articulação entre práticas pedagógicas inclusivas e políticas públicas capazes de garantir condições concretas para o acesso, a permanência e a aprendizagem. Assim, experiências como a EJA POP Rua demonstram que o fortalecimento dos vínculos, o reconhecimento da dignidade humana e a atuação intersetorial ampliam as possibilidades de permanência escolar e de reconstrução dos projetos de vida dos estudantes.

Dessa forma, compreender a educação como processo de reconstrução de trajetórias significa reconhecer que sua contribuição vai além da escolarização formal. Ao promover inclusão, participação social e fortalecimento da cidadania, a EJA reafirma seu papel como política pública comprometida com a redução das desigualdades e com a garantia do direito à educação para grupos historicamente excluídos, constituindo o fundamento teórico que orienta a análise dos resultados apresentados neste estudo.

8 POTENCIALIDADES E LIMITES DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

As discussões apresentadas evidenciam que a inclusão educacional da população em situação de rua constitui um processo complexo, que depende da articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas inclusivas e ações intersetoriais. Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos apresenta potencial para promover o acesso ao conhecimento, fortalecer vínculos sociais e ampliar o exercício da cidadania, especialmente quando fundamentada nos princípios da Educação Popular e no reconhecimento das trajetórias de vida dos estudantes.

Experiências como a EJA POP Rua demonstram que práticas pedagógicas baseadas no acolhimento, na pesquisa como princípio educativo, no diálogo e na valorização dos saberes dos educandos favorecem o ingresso, a permanência e o engajamento dos estudantes. Ao

reconhecê-los como sujeitos de direitos e protagonistas da construção do conhecimento, contribuem para fortalecer a autoestima, o pertencimento e a participação social.

Entretanto, a efetividade dessas iniciativas enfrenta limitações decorrentes da descontinuidade das políticas públicas, da insuficiência de recursos, da rotatividade de profissionais, da fragmentação das ações intersetoriais e da persistência das desigualdades sociais. Além disso, a permanência escolar permanece condicionada a fatores como insegurança habitacional, dificuldades de acesso aos serviços públicos, problemas de saúde e fragilidade dos vínculos familiares.

Esses desafios evidenciam que a garantia do direito à educação exige políticas públicas permanentes, fortalecimento das redes de proteção social e condições institucionais que favoreçam práticas pedagógicas contextualizadas. Nessa perspectiva, a atuação integrada entre educação, assistência social, saúde e movimentos sociais constitui elemento essencial para ampliar as possibilidades de acesso, permanência e aprendizagem da população em situação de rua.

9 SÍNTESE DO REFERENCIAL TEÓRICO E CONTRIBUIÇÕES PARA A PESQUISA

A revisão da literatura evidencia que a inclusão educacional da população em situação de rua demanda a articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas inclusivas e ações intersetoriais capazes de responder às múltiplas dimensões da vulnerabilidade social. Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos reafirma seu papel como política pública de reparação histórica e promoção da cidadania, especialmente quando fundamentada nos princípios da Educação Popular.

Os referenciais de Paulo Freire e Edgar Morin sustentam essa compreensão ao defenderem uma educação dialógica, emancipatória e comprometida com a complexidade dos fenômenos humanos. A articulação desses referenciais evidencia que a inclusão educacional exige práticas pedagógicas contextualizadas, acolhedoras e voltadas ao reconhecimento dos estudantes como sujeitos históricos e protagonistas de seus processos educativos.

A literatura também demonstra que experiências intersetoriais favorecem o acesso, a permanência e a aprendizagem de grupos historicamente excluídos. Nesse sentido, a EJA POP Rua representa uma experiência relevante ao integrar educação, assistência social, serviços públicos e movimentos sociais na construção de uma proposta comprometida com a garantia de direitos e a valorização da dignidade humana.

Embora os estudos sobre Educação de Jovens e Adultos tenham avançado, permanecem escassas as pesquisas sobre experiências de inclusão educacional destinadas à população em situação de rua, especialmente na Região Sul do Brasil. Essa lacuna reforça a relevância científica deste estudo, que busca compreender as contribuições da EJA POP Rua para a inclusão e permanência dos estudantes, oferecendo subsídios ao aperfeiçoamento de políticas públicas e práticas educativas.

À luz desse referencial, a pesquisa analisa as percepções de alunos, professora e coordenador sobre as práticas desenvolvidas na EJA POP Rua, buscando compreender como os princípios da Educação Popular, a pesquisa como princípio educativo e a atuação intersetorial se materializam na experiência investigada e fundamentam a análise dos resultados.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou como a proposta pedagógica da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Florianópolis, desenvolvida por meio da EJA POP Rua, contribui para a inclusão educacional da população em situação de rua. Os resultados evidenciaram que a proposta vai além da oferta de escolarização, constituindo-se como um espaço de acolhimento, fortalecimento de vínculos, valorização das trajetórias de vida e promoção da permanência escolar. Nesse contexto, a articulação entre Educação Popular, pesquisa como princípio educativo e atuação intersetorial mostrou-se fundamental para responder às necessidades de um público historicamente excluído dos processos formais de ensino.

Os achados também demonstram que a inclusão educacional depende da construção de práticas pedagógicas flexíveis, capazes de reconhecer as especificidades dos estudantes e de articular diferentes políticas públicas. A experiência da EJA POP Rua evidencia que o direito

à educação pode ser fortalecido quando a escola atua em diálogo com os serviços de assistência social, saúde e movimentos sociais, ampliando as possibilidades de acesso, permanência e participação dos estudantes.

Como contribuição científica, esta pesquisa amplia a compreensão sobre experiências de Educação de Jovens e Adultos voltadas especificamente à população em situação de rua, temática ainda pouco explorada na literatura nacional, especialmente no contexto da Região Sul do Brasil. Ao analisar as percepções de alunos, professora e coordenador, o estudo oferece evidências empíricas sobre fatores que favorecem a inclusão educacional e evidencia a importância da atuação intersetorial como estratégia para a efetivação do direito à educação.

Entre as limitações da pesquisa, destacam-se o número reduzido de participantes e a realização do estudo em um único contexto institucional, aspectos que não permitem a generalização dos resultados para outras realidades. Entretanto, tais características não diminuem a relevância dos achados, uma vez que possibilitam compreender, em profundidade, uma experiência concreta de inclusão educacional desenvolvida no âmbito da educação pública municipal.

Como perspectivas para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos comparativos entre diferentes experiências de EJA destinadas à população em situação de rua, bem como investigações que acompanhem longitudinalmente os percursos escolares desses estudantes e avaliem os impactos das ações intersetoriais sobre sua permanência, aprendizagem e reinserção social. Também são necessários estudos que subsidiem o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação dessa população.

Por fim, conclui-se que a EJA POP Rua representa uma experiência relevante de inclusão educacional ao reconhecer os estudantes como sujeitos de direitos e protagonistas de seus processos de aprendizagem. Mais do que promover certificação escolar, a iniciativa demonstra que práticas pedagógicas fundamentadas no acolhimento, no diálogo e na articulação entre diferentes políticas públicas podem contribuir para a reconstrução de trajetórias de vida e para o fortalecimento da cidadania de pessoas em situação de rua.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; Nilma Lino Gomes (org.). *Diálogos na educação de jovens e adultos.* Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ARROYO, Miguel González. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 24 dez. 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

DI PIERRO, Maria Clara. **A atualidade das políticas de EJA**. In: CORTI, Ana Paula; CÁSSIO, Fernando; STOCO, Sérgio (org.). Escola pública: práticas e pesquisas em educação. Santo André: Editora da UFABC, 2023. p. 163-172.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012–2022).** Brasília: IPEA, 2022.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (Coord.). **Educação para Jovens e Adultos. Ensino Fundamental – propostas curriculares para 1° segmento**. São Paulo: Ação Educativa Brasileira/MEC, 2001.

ZANELA, Claudia Cristina; BARCELOS, Ana Regina Ferreira; MACHADO, Rosângela. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis - 2016**. Florianópolis: Prefeitura de Florianópolis. Secretaria de Educação, 2016.

---

i Sobre os autores**:**
Fabiana zanella (https://orcid.org/0000-0002-8977-2271)

Fabiana Zanella é pesquisadora na área de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com enfoque em políticas públicas, inclusão social e população em situação de rua. Mestre pela Universidad Columbia del Paraguay, desenvolve estudos sobre intersetorialidade, direito à educação e práticas educacionais voltadas a grupos socialmente vulneráveis.

Como citar este artigo:

ZANELLA, Fabiana. Educação de Jovens e Adultos e população em situação de rua: intersetorialidade, inclusão social e direito à educação a partir da experiência do Polo EJA POP Rua de Florianópolis. Revista Educação**, Cultura e Sociedade**. vol. 16, n. 1, p. 77-87, 35ª Edição, 2026. https://periodicos.unemat.br/index.php/recs.

Revista Educação, Cultura e Sociedade é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM –SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR